



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E DEFESA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 3198/2023**

**REFERÊNCIA: EMENDA MODIFICATIVA - PROCESSO N. 4960/2022**

**RELATOR: DR. MAURO PERALTA**

**Ementa: EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 4119/2022**

Em consonância com os dispositivos elencados no **art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis**, segue o parecer:

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei número 4119/2022, de autoria do Ilmo. Vereador Júnior Coruja.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos, conforme disposto pelo Art. 35, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis: vejamos:

**Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:**

**VI – Da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos:**

a) opinar sobre proposições relativas a:

- 1 – estudo e métodos de criação do trabalho e emprego;
- 2 – ministrar palestras sobre formas de qualificação da mão de obra;
- 3 – promover iniciativas, campanhas e qualificações para o trabalho;
- 4 – receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;
- 5 – estudar, participar de conferências, debater, emitir pareceres técnicos e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;
- 6 – convocar audiências públicas sobre o trabalho e emprego;
- 7 – fiscalizar os direitos dos trabalhadores;
- 8 – orientar os trabalhadores;

b) proposições e matérias relacionadas com a política municipal dos Servidores Públicos ou a eles referentes, em particular:

- 1 – regime jurídico e planos de carreira;
- 2 – direitos, vantagens e deveres;
- 3 – previdência e assistência social;
- 4 – cessão a empresas ou entidades públicas ou privadas;
- 5 – concurso público.

Com base nas competências atribuídas à Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos, segue o voto:

**II - VOTO:**

Trata-se de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei número 4119/2022 do nobre vereador, Júnior Coruja, conforme transcrito em seus artigos.

**Art. 1º** - Fica alterada a ementa do projeto de Lei nº 4119/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

"INSTITUI A PARTIR DO DIA 13 (TREZE) AO DIA 19 (DEZENOVE) DE NOVEMBRO A SEMANA DE DEBATES QUANTO A ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHEIRO TUTELAR, A SER REALIZADA ANUALMENTE NO MÊS DE NOVEMBRO PASSANDO A INTEGRAR O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

**Art. 2º** - Fica alterado o Art. 1º, do Projeto de Lei 4119/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Fica instituída a semana de debates quanto a atuação e atribuições dos membros do conselho tutelar, a ser realizada anualmente entre os dias 13 a 19 de novembro.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos, conforme disposto pelo Art. 35, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis: vejamos:

**III- JUSTIFICATIVA:**

Justifica o autor que: "A presente proposição se faz necessária para que por meio de debates, orientações e conscientização seja fortalecido e divulgado à população a importância da atuação e atribuições dos membros do conselho tutelar."

A Emenda Modificativa, em análise, encontra amparo no **Art. 89**, inciso **II**, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, estabelecendo critérios para supressão, adição ou modificação de redação. Vejamos:

**Art. 89.** *Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou por uma Comissão como acessória de outra, podendo ser supressiva, modificativa, aditiva ou de redação, nos termos seguinte:*

***II - Emenda modificativa é a proposição que altera a outra***

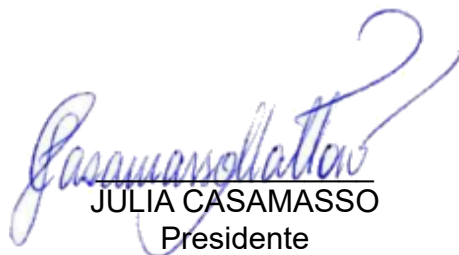
Por todo o exposto, entendo não haver ilegalidade ou inconstitucionalidade na matéria em questão. Sendo assim, não vislumbro qualquer impedimento para sua tramitação no Plenário desta Casa.

Ante o exposto, não há óbice à tramitação da presente proposição, motivo pelo qual nos manifestamos de forma **FAVORÁVEL** à sua apreciação em Plenário.

**III - PARECER DAS COMISSÕES:**

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação (Vogal) manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 13 de Janeiro de 2023

  
JULIA CASAMASSO  
Presidente

  
DR. MAURO PERALTA  
Vogal